

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DIFERENTES PERSPECTIVAS PARA POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES EM TEMPOS DE NOVOS DESAFIOS, NOVOS OBJETOS E NOVAS RESISTÊNCIAS

HISTORY OF EDUCATION: DIFFERENT PERSPECTIVES FOR POTENTIAL CONTRIBUTIONS IN TIMES OF NEW CHALLENGES, NEW OBJECTS, AND NEW FORMS OF RESISTANCE

HISTORIA DE LA EDUCACIÓN: DIFERENTES PERSPECTIVAS PARA POSIBLES CONTRIBUCIONES EN TIEMPOS DE NUEVOS DESAFÍOS, NUEVOS OBJETOS Y NUEVAS FORMAS DE RESISTENCIA

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro¹, <https://orcid.org/0000-0002-3708-4506>

Sônia Aparecida Siquelli², <https://orcid.org/0000-0002-8992-1898>

Armando Quillici Neto³, <https://orcid.org/0000-0003-2553-4693>

Elizabeth Figueiredo de Sá⁴, <https://orcid.org/0000-0002-5861-7535>

Sílvia Capanema⁵, <https://orcid.org/0000-0002-1607-2055>

Esta Seção temática da revista *Horizontes* constitui uma iniciativa central para o fortalecimento e a relevância deste periódico como via de publicização e circulação da produção acadêmico-científica brasileira e internacional na área de educação. Isso ocorre graças à sua organização editorial, que fica a cargo de pesquisadoras e pesquisadores vinculados a instituições educacionais nacionais e internacionais distintas, mas alinhadas com um compromisso coletivo: consolidar um espaço de publicação plural, crítico e atento às formas múltiplas de investigação que permeiam a pesquisa científica acadêmico-educacional. Com esse perfil, a seção permite a reunião de pesquisas que especulam desafios sociais, políticos, culturais e epistemológicos que se impõem à educação no Brasil.

A Seção temática desta edição da *Horizontes* se abre à história da educação, ao que se apresenta de produção inscrita nos últimos quinze anos, momento particularmente importante para a área de educação em função dos diferentes eventos políticos. Houve planos e reformas, revisões de fundos, intensificação dos debates sobre inclusão e diversidade, sobre escola de tempo de integral e sobre a chamada escola sem partido, acompanhada de uma defesa da

¹ Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, MG, Brasil: betania.laterza@gmail.com

² Universidade São Francisco, USF, Itatiba, SP, Brasil: soniapsiquelli@gmail.com

³ Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, MG, Brasil: armandoqn@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Mato Grosso, UFMT, Cuiabá, MT: elizabethfsa1@gmail.com

⁵ Université Sorbonne Paris 13 Nord, Paris, França: silvia.capanema@gmail.com

educação domiciliar. Houve um processo de demonização da figura do professor, da figura de Paulo Freire, do valor social da educação — da universidade. A pandemia de covid-19 obrigou a uma revisão de procedimentos em que a educação como processo de ensino e aprendizagem, como ocupação profissional e como concretização de um direito constitucional, passou a ocorrer fora de seu lugar tradicional, o prédio escola. Tudo foi se instalar no espaço privado do professorado e do alunado.

Parte dos acontecimentos revela questões e processos que de algum modo lidam com a ideia de cisão, de ruptura, de corte na regularidade; e por isso se tornam especialmente inspiradores para a imaginação de quem se dedica a escrever a história: a novidade do evento leva à busca de suas origens e causas para se entender com mais segurança o evento presente e suas consequências. Assim foi com a covid-19: a pesquisa histórica revisitou a gripe espanhola (não por acaso, os organizadores da Seção temática incluem autores de reflexões afins àquela pandemia), ocorrida cerca de um século antes, interregno de margem larga o bastante para o aprofundamento da compreensão histórica. Nesse sentido, esta edição da *Horizontes* traz um conjunto de textos que apresentam pesquisas recentes que interrogam o passado da educação tendo em vista desafios do presente, sejam sociais, políticos ou culturais.

Com efeito, a Seção temática desta edição leva o título de “História da educação: diferentes perspectivas para possíveis contribuições em tempos de novos desafios, novos objetos e novas resistências”. Com tal escopo, vem oferecer contribuições para o fortalecimento, a circulação e o adensamento da produção científica no campo da história da educação. Como de praxe, sua organização coube a pesquisadoras e pesquisadores atuantes em universidades variadas e com décadas de experiência na pesquisa histórico-educacional.

A proposta para a composição da Seção temática desta edição da *Horizontes* partiu da compreensão de que a história da educação vai além da reconstrução cronológica de acontecimentos escolares, da descrição linear de instituições, reformas ou trajetórias individuais. Antes, se afirma como campo de produção de conhecimentos que problematizam as relações entre educação, sociedade, cultura e política, entre trabalho, infância e juventude, entre gênero, etnia e geração, entre memória, poder e resistência, etc. Em tais relações, importam à história educacional os modos pelos quais a sociedade produz, disputa, legitima e transforma práticas de educar, escolarizar e disciplinar, de incluir, excluir e formar sujeitos históricos.

A ementa que orientou a chamada de colaboradores explicitou o objetivo de congregar produções em formato de artigos, ensaios, relatos de experiência e entrevistas que apresentassem resultados de pesquisas teóricas e empíricas em história da educação no Brasil, na América Latina e na Europa. Tal orientação revela uma concepção ampliada de história da educação entendida como instrumento de leitura crítica das contingências do passado no presente, das tensões, disputas e resistências, dos silenciamentos, dentre outras condições que marcam a produção do conhecimento na área da educação. Dada a abertura temática da seção, foram acolhidos estudos com recortes temporais, espaciais e metodológicos diversos entre si. Isso reafirma a vitalidade do diálogo com novas perguntas, novos objetos e novas sensibilidades; ou seja, a amplitude demonstra a densidade e a complexidade da proposta editorial.

Os eixos abrangeram discussões sobre: tensões entre ensino e pesquisa; pensamento educacional da educação básica ao Ensino Superior; práticas educativas relacionadas com concepções de infância e juventude; articulações entre educação, infância e família; relações de gênero, etnia e geração; imprensa, impressos e discursos educacionais; legislação educacional e políticas públicas educacionais dos séculos XX e XXI; manuais de História da Educação e de formação do magistério; estudos sobre instituições escolares; a escola pública em disputa no contexto das políticas neoliberais; educação popular; movimentos sociais; história da educação latino-americana; educação ao longo da vida; e impactos das teorias pós-coloniais e decoloniais no ensino contemporâneo de História da Educação.

Essa diversidade evidencia o quanto a educação se impôs no campo da história e o quanto se afirma de forma aberta à ampliação de seu escopo: objetos, fontes, sujeitos e perspectivas teórico-metodológicas. Temas como infância, mulheres, sujeitos racializados, populações marginalizadas, movimentos sociais, instituições assistenciais, políticas públicas, impressos, imagens, memórias e práticas educativas não escolares, tudo contribui para alargar horizontes interpretativos e reafirmar certa relevância à compreensão crítica das experiências educacionais em tempos e espaços variados.

Tal variedade resulta do número expressivo de submissões recebidas, ou seja, revela o interesse da comunidade acadêmica pela proposta e confirma a atualidade da temática. Foram registradas 52 submissões, das quais um conjunto significativo foi encaminhado ao processo de avaliação, edição e publicação. O conjunto de artigos aprovados revela maturidade teórica, diversidade metodológica e compromisso com a produção de conhecimento qualificado no

campo da história da educação; isto é, demonstra a densidade da produção científica presente na Seção temática. Assim, convém apresentar os textos de dois modos: agrupados (em síntese) e individualmente (em detalhe).

Em destaque, há a entrevista com Dermeval Saviani: referência-chave na pesquisa histórico-educacional e em outras áreas. Dentre outros assuntos, ele trata do HISTEDBR na formação de gerações de pesquisadores e pesquisadoras da área de história da educação. Sua contribuição, assim como seu valor histórico, epistemológico e memorialístico, são significativos.

Há textos que podem ser lidos no contexto das relações históricas entre *educação, políticas, instituições e regimes ditatoriais*. É o caso dos artigos sobre: O Instituto De Estudos Brasileiros (IEB) e o debate sobre educação durante o Estado Novo; Invisibilidades institucionais: atuação das mulheres na extensão universitária durante a ditadura militar (1970–1985); e reforma do ensino superior da ditadura militar.

Outros textos podem ser situados no debate histórico sobre *currículo e disciplinas escolares*. Tratam de: educação física, intelectual e moral na modernidade e consensos pedagógicos sobre essência e existência; disciplina de Biologia no ensino secundário do maranhão nos anos 1893–1936; leitura na formação pedagógica e na prática de professoras e alunos de grupo escolar gaúcho no período 1941–1968.

Um grupo de artigos pode ser associado ao campo do *ensino profissional, técnico e agrícola*. Os textos versam sobre: aprendizagem agrícola e sistema de permutas afins ao Instituto Butantan; história da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia nos anos 1972–2022; ensino profissional em preventórios com base em fontes orais e fotográficas.

Dois artigos se associam à *educação de adultos e alfabetização*: um aborda as campanhas de alfabetização de adultos; outro, as memórias e representações de disciplina de qualificação profissional via Educação de Jovens e Adultos em João Pessoa.

Há trabalhos que cabem no contexto histórico afim a *infância, creches e educação especial*. Incluem um texto sobre cuidado, luta popular e silêncio em associação a creches comunitárias; e um sobre o controle da infância na modernidade à luz de Foucault.

Outro conjunto de artigos pode ser associado à pesquisa histórica sobre *práticas escolares e memória institucional*. Versam sobre: práticas pedagógicas em grupo escolar/escola estadual (1966–1988); sobre prontuários de uma professora e um estudante de sanatório (1929–1934); e sobre legado educacional dos jesuítas.

Muitos artigos privilegiam a pesquisa histórica em si, de modo que podem ser lidos como reflexão sobre *história regional*, *mapeamento da pesquisa histórica* e *fontes históricas*. Incluem textos sobre: história da educação no Centro-Oeste e na região do Triângulo como campo em construção (2005–24); história da educação na pós-graduação em Goiás (1986– 2024); e história da educação e suas interseções. Outros artigos versam sobre as possibilidades de o cinema brasileiro servir de fonte à história da educação (1965); de uma revista voltada ao professorado ser arquivo da história e construção de políticas de educação especial em Juiz de Fora (1993– 2024); e a importância de distinções entre imprensa estudantil, imprensa escolar e imprensa juvenil na pesquisa sobre o século XIX.

As publicações obedecem à seguinte ordem:

A entrevista intitulada “Dermeval Saviani: a história da educação como disciplina, área de pesquisa e os 40 anos do HISTEDBR”. Foi conduzida por Rodrigo Sarruge Molina. A presença dessa entrevista possibilita o diálogo com uma das principais referências da pedagogia brasileira e latino-americana. Suas palavras são contribuem para se refletir sobre os percursos de institucionalização, consolidação e renovação da área, bem como sobre o papel do HISTEDBR na formação. Trata-se de uma contribuição de grande valor epistemológico e memorialístico.

O trabalho “Tríade, educação física, intelectual e moral, no decorrer da modernidade afirma busca de consenso entre as Pedagogias da Essência e da Existência?” — de José Carlos Souza Araújo — abre a seção de artigos. O artigo apresenta contribuição expressiva ao revisitar manuais de pedagogia destinados às escolas normais brasileiras, articulando-os à tradição filosófico-educacional europeia. Com consistência analítica, o autor examina a tríade educação física, intelectual e moral, evidenciando convergências, deslocamentos e tensões entre matrizes pedagógicas. Trata-se de um aprofundamento da história dos saberes pedagógicos e da formação docente no Brasil.

O artigo “História da Educação na região Centro-Oeste e no Triângulo Mineiro: a construção do campo/área (2005–2024)” — de Eurize Caldas Pessanha — mapeia a produção acadêmica regional, analisando grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e produção bibliográfica. O estudo se faz importante para se compreender a constituição da História da Educação como campo científico em regiões ainda pouco consideradas em balanços historiográficos nacionais. É particularmente significativo ao evidenciar a autonomia relativa, a

densidade e a capacidade de articulação coletiva da área na região Centro-Oeste e sua divisa com Minas Gerais.

O artigo “Cinema nacional como fonte em História da Educação: representações de culturas escolares no filme *Menino de engenho* (1966)” — de Bruno José Yashinishi e Tony Honorato — apresenta um argumento instigante: a utilização do filme como fonte para uma histórica cultural da educação; mais instigante ainda porque o enredo do filme deriva de uma obra literária. Com esse foco, a análise do filme *Menino de engenho* se abre à compreensão de representações da escola rural, práticas disciplinares e desigualdades sociais pela lógica da imagem em movimento, o que quebra certa predominância das fontes escritas e impressas e das imagens estáticas. Assim, o estudo amplia o debate sobre repertório documental da área histórico-educacional, reforçando a importância das fontes audiovisuais na análise da cultura escolar.

O artigo “‘Depois de um período atribulado’: análise de prontuários de uma professora e um estudante no Sanatório Pinel (1929–1934)” — de Renata Marcílio Cândido e Gabriel Meneses Barros — oferece uma contribuição bastante original: a aproximação entre história da educação e história da psiquiatria e suas instituições. Por ser uma relação ainda pouco explorada — embora a psiquiatria seja objeto de interesse recorrente na história —, o estudo recorre a fontes que parecem um tanto comuns: os prontuários médicos. É deles que se vale o casal de autores para estudar trajetórias de sujeitos escolarizados em espaços de internação; de tal modo, o estudo amplia a compreensão de vínculos possíveis entre educação, saúde, normalização e controle social. Tudo em diálogo com Goffman e Foucault, que dão densidade teórica à análise e evidenciam a potência da pesquisa nos chamados “arquivos sensíveis”.

O artigo “Reforma do ensino superior no contexto da ditadura empresarial-civil-militar” — de Agercicleiton Coelho Guerra, Adriana Mota de Oliveira Sidou e José Deribaldo — analisa, crítica e teoricamente, a reforma universitária de 1968 situando a reorganização do ensino superior brasileiro no contexto da ditadura empresarial-civil-militar. O texto evidencia as relações entre modernização institucional, projeto econômico e controle político, de modo a demonstrar que a reforma não pode ser compreendida apenas como medida administrativa, pois é também parte de um projeto mais amplo de organização do Estado e de contenção da contestação social.

O artigo “Entre a história das disciplinas e o currículo: o percurso da disciplina Biologia no ensino secundário maranhense (1893–1936)” — de Fabiana de Araújo Leite e Clara Virgínia Vieira Carvalho Oliveira Marques — apresenta uma reflexão sobre transformações na organização dos saberes escolares, disputas curriculares e permanências institucionais. Em grande medida, a força do argumento reside na articulação de história local, legislação educacional e debates curriculares; mas seu pano de fundo é a difusão de conhecimentos científicos no Brasil, ou seja, sua adaptação para conhecimento escolar da ciência.

O artigo “Invisibilidades institucionais: atuação das mulheres na extensão universitária durante a ditadura militar (1970–1985)” — de Sandra Jung de Mattos e Elizabeth Figueiredo de Sá — problematiza a presença das mulheres na extensão universitária da Universidade Federal de Mão Grosso no período da ditadura militar. O texto evidencia como a atuação feminina, embora fundamental ao cotidiano institucional, aparece nos arquivos frequentemente de forma fragmentada ou indireta. Nesse sentido, o trabalho das autoras evoca a história das mulheres de modo ligá-la à história da universidade e aos debates sobre memória, documentação e invisibilidades institucionais.

O artigo “Aprendizado Agrícola ‘Visconde de Mauá’ e sistema de permutas do Instituto Butantan: um estudo bibliográfico documental” — de Eduarda Camargo Domingues e Melissa Salaro Bresci — apresenta um argumento bastante original para a história da educação agrícola e suas relações institucionais: trocas entre uma escola de ensino agrícola e um instituto de pesquisas científicas. Com isso, o estudo evidencia a circulação de saberes, materiais e práticas científicas voltadas à proteção de trabalhadores rurais; ou seja, amplia a compreensão sobre a função educativa e científica de instituições agrícolas no Brasil.

O artigo “Entre cuidado, a luta popular e o silêncio: os desafios de uma revisão de literatura sobre as creches comunitárias no Brasil” — de Maria Cecília Machado Faustino e Sônia Aparecida Siquelli — se volta às experiências produzidas em contextos populares e de luta social traduzidas na creche comunitária. Por ser tema recorrente na pesquisa educacional, a creche comunitária permeia um debate que se abre a revisões do que se diz. Com isso, se pode identificar lacunas, silenciamentos e desafios históricos, especialmente no que se refere ao protagonismo dos movimentos sociais e de coletivos de mulheres. O texto valoriza experiências educativas frequentemente marginalizadas, ou seja, vai além das instituições escolares tradicionais.

O artigo “História da Educação e Interseccionalidade: leituras e dinâmicas do campo da pesquisa no Brasil” — de Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti, Alexandra Lima da Silva e Blanca Susana Vega Martinez — oferece contribuição atual e necessária ao problematizar a incorporação da perspectiva interseccional nas pesquisas em História da Educação. Ao mapear teses e dissertações, o estudo evidencia possibilidades de ampliação temática, temporal e espacial do campo, especialmente ao incluir sujeitos historicamente marginalizados e regiões ainda pouco exploradas. Sua contribuição reside em apontar caminhos para uma historiografia educacional mais plural, crítica e sensível às desigualdades sociais.

O artigo “O percurso histórico da Escola Técnica de Saúde da UFU (1972-2022): histórico, políticas e consolidação” — de Lúcia Maria Martins Molinaroli e Giseli Cristina do Vale Gatti — reconstrói a trajetória do ensino técnico em saúde da Universidade Federal de Uberlândia; e o faz evidenciando relações entre demandas regionais, políticas educacionais e consolidação institucional. O texto valoriza a memória de uma instituição formadora para compreender seu papel na qualificação de profissionais da saúde.

O artigo “As campanhas de alfabetização de adultos no Brasil” — de Márcia Cicci Romero e Sônia Maria dos Santos — oferece um panorama histórico da alfabetização de pessoas adultas como objeto de campanha. O estudo evidencia, em diferentes momentos da história brasileira, a permanência do analfabetismo como desafio estrutural e político. A análise de experiências como Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, Campanha Nacional de Educação Rural e Movimento Brasileiro de Alfabetização permite ver avanços, limites e contradições nas políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, o reafirma a atualidade do tema para a democracia brasileira.

O artigo “A infância governada: um estudo foucaultiano acerca da captura da infância na Modernidade” — de Juliana Nastalli Pimentel e Armindo Quillici Neto — problematiza a constituição histórica da infância como objeto de saber e intervenção. À luz de Michel Foucault, o estudo analisa os modos pelos quais a pedagogia, a biopolítica e a governamentalidade produziram formas de controle, sujeição e subjetivação da criança moderna. Assim, o texto contribui para se adensarem os debates sobre infância, poder e escolarização no campo da história da educação.

O artigo “História da docência feminina (1971-2008): origens da educação e da assistência social no interior do Mato Grosso do Sul” — de Giseli Tavares de Souza Rodrigues e Magda Sarat

– analisa o protagonismo feminino na constituição da educação e da assistência social em Naviraí, Mato Grosso do Sul (1971-2008), evidenciando a trajetória de Cleuza Campos Marques da Silva, seu legado e suas memórias. Nesse sentido, o texto apresenta relevantes análises quanto à inserção da mulher em espaços de poder e sociabilidade, destacando o modo como essa docente construiu redes de interdependência que articularam o campo educacional, religioso, social e político.

O artigo “Imagem e palavra, a relação entre fotografia e fontes orais na história do ensino profissional em preventórios” — de Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Palloma Victoria Nunes e Silva e Brenda Maria Dias Araújo — discute o cruzamento de fontes na pesquisa histórico-educacional. Isso é feito no contexto do ensino profissional em preventórios, em que se estuda a potência das imagens conjugadas com relatos orais para se recompor experiências educativas marcadas por institucionalização, trabalho, memória e subjetividade. O texto contribui para ampliar o debate sobre sensibilidade histórica na investigação de instituições de acolhimento de crianças.

O artigo “Imprensa estudantil, imprensa escolar e imprensa juvenil: diferenças conceituais e analíticas em pesquisa sobre o século XIX” — de Laís Pacífico Martineli e Maria Cristina Gomes Machado — incide na perspectiva metodológica da história da educação ao distinguir categorias frequentemente utilizadas de forma imprecisa em pesquisas sobre impressos educacionais. Para tanto, diferenciam noções como imprensa escolar, estudantil e juvenil a fim de oferecer instrumentos conceituais para análises mais rigorosas sobre a produção e circulação de periódicos no século XIX. Como pano de fundo, o artigo toca na história dos jovens e sua relação como a cultura escrita e os impressos educacionais.

O artigo “Jesuítas no Brasil: um legado educacional em perspectiva histórica” — de Eubia Andréa Rodrigues, Francisca das Chagas Viana Vale dos Santos e Matheus de Souza Inhumada Delgado — revisitam a atuação educacional da Companhia de Jesus no Brasil Colonial, discutindo catequese, formação civilizatória e missão evangelizadora. O texto permite compreender a presença jesuítica na constituição das primeiras experiências escolares no território colonial. Sua contribuição está em recolocar o legado jesuítico como tema relevante para a compreensão das bases históricas da educação brasileira.

O artigo “Práticas pedagógicas no ambiente escolar: Escola Estadual João Pinheiro de 1º Grau (1966 a 1988)” — de Monique Adriele da Silva Warzocha, Carlos Henrique de Carvalho e

Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira — aproxima as práticas pedagógicas da história das instituições escolares em Minas Gerais, em geral um assunto mais difícil de ser rastreado. Dado o recorte, autoras e autor puderam contar com fontes documentais e, sobretudo, relatos orais relacionados com pessoas implicadas na história de tal escola. O estudo evidencia disciplinamento, memorização, rituais cívicos e religiosos, bem como mudanças nas concepções de infância. Com isso, contribui para compreender a cultura escolar em contexto de ditadura civil-militar e suas permanências no cotidiano educativo.

O artigo “O Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e o debate sobre educação durante o Estado Novo” — de Vanessa Macêdo e Luciano Mendes de Faria Filho — apresenta uma análise importante sobre lugares de produção intelectual e debates públicos afins a problemas brasileiros, a exemplo da educação. A revista *Estudos Brasileiros* lhe serve de fonte para evidenciar redes de sociabilidade, repertórios compartilhados e estratégias de intervenção no debate educacional durante o Estado Novo. O resultado é articulação entre história intelectual, história política e história da educação.

O artigo “A Revista Cadernos do/para o Professor como Arquivo da História e Espaço de Construção das Políticas de Educação Especial na Rede Municipal de Juiz de Fora (1993–2024)” — de Raquel Xavier Grazzinoli, Rodolfo Luís Leite Batista e Victor Cristian Pereira de Sousa — apresenta contribuição expressiva ao analisar um periódico institucional como arquivo de memória e dispositivo político-formativo. Ao examinar 51 edições da revista, o estudo evidencia transformações conceituais e institucionais nas políticas de Educação Especial, especialmente no deslocamento para o paradigma inclusivo. O texto contribui para a história da educação especial, das políticas públicas e dos impressos pedagógicos.

O artigo “A ‘Hora da Leitura’ na formação e nas práticas no Grupo Escolar Humberto de Campos/RS (1941–1968)” — de José Edimar de Souza e Cristian Giacomoni — estuda práticas escolares, formação docente e cultura escolar. Para tanto, analisa atas, inventários e documentos institucionais para demonstrar estratégias de formação pedagógica, difusão de práticas leitoras e nacionalização cultural. A pesquisa contribui para compreender a articulação entre políticas educacionais, práticas cotidianas e formação de professoras.

O artigo “Balanço de pesquisas em História da Educação nos Programas de Pós-Graduação de Goiás (1986 a 2024)” — de Fernanda Barros — mapeia dissertações e teses que compõem a produção acadêmica goiana em história da educação. O estudo oferece uma visão

panorâmica da constituição do campo, permitindo identificar tendências, lacunas e possibilidades de ampliação das pesquisas. Sua contribuição é importante para a compreensão da institucionalização da área e o fortalecimento de estudos regionais no cenário nacional.

O artigo “Hegemonia, educação e igreja na Amazônia: o IPAR e a formação de lideranças em tempos de ditadura” – de Smile Golobovante, Alberto Damasceno, Marcus Ribeiro – apresenta uma análise quanto aos princípios históricos e institucionais que moldaram o catolicismo na Amazônia, com foco na atuação do Instituto de Pastoral Regional (IPAR) nas décadas de 1970 e 1980. Os autores evidenciam o papel do IPAR na formação de lideranças comprometidas com uma prática contra-hegemônica, articulando fé, educação e transformação social, no qual se ancoram na concepção gramsciana de hegemonia e intelectual orgânico.

O artigo “Reflexões sobre a História da Educação Infantil: do geral a Uberlândia-MG (1967-1996)” – de Naiana Rúbia Rezende Tavares, Sauloéber Tarsio de Souza – discorrem a partir da estruturação da Educação Infantil, no Brasil, em particular, a sua implantação no município de Uberlândia-MG, entre os anos de 1967 e 1996, fazendo breve retorno temporal às suas origens no século XIX. Apresentam uma contextualização histórica sobre a Educação Infantil, na qual, em seu início, creches eram destinadas à educação popular, enquanto os jardins de infância atendiam às classes abastadas. A partir de uma contextualização nacional, se insere especificamente na cidade de Uberlândia na qual as instituições educativas da primeira infância, partiram de iniciativas privadas, comunitárias e assistenciais, passando gradativamente para a responsabilidade do poder público, buscando-se atender às determinações da legislação nacional, a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996.

O artigo “Ecos juvenis do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Campo Grande/MT: classe e gênero (1936-1951)” – de Cristian Lopez Gomes e Jacira Helena do Valle Pereira Assis – traz à luz o periódico escolar Ecos Juvenis, vinculado ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, localizado em Campo Grande, sul do antigo Mato Grosso, com o objetivo de fazer uma aproximação à *illusio* do subcampo da imprensa escolar para que se possa compreender a lógica do jogo, na perspectiva de moldar um *habitus* de classe e de gênero das estudantes secundaristas dessa instituição.

O artigo “Franciscanismo e identidade brasileira: mediações históricas e filosófico-educativas” – de Luiz Fernando Conde Sangenis Osvaldo Maffei Júnior, o estudo investiga a influência do franciscanismo na formação da identidade brasileira, articulando fundamentos

históricos, filosóficos e pedagógicos. A pedagogia franciscana, voltada às camadas populares, gerou modos de pertença e convivência que persistem até nossos dias. O estudo conclui que o franciscanismo é chave para entender a identidade nacional como campo de diferença e presença instituinte.

Por fim, o artigo “Intelectualidade feminina institucionalizada: docência, gênero e hegemonia na história da educação”, assinado por Adriane Barbosa de Almeida, Livia Sousa da Silva e Clarice Nascimento de Melo, demonstra como a docência feminina se consolida como uma forma de intelectualidade institucionalizada na História da Educação. Articulando o conceito de “intelectual orgânico” de Antonio Gramsci com o gênero, o texto propõe, de forma original, que a feminização do magistério não deve ser compreendida apenas como fenômeno demográfico ou laboral, mas como processo que possibilitou a emergência de formas específicas de produção cultural exercidas cotidianamente no espaço escolar. Essas formas foram constantemente invisibilizadas pela hegemonia dos critérios masculinizados de reconhecimento intelectual.

Em seu conjunto, esses artigos demonstram a força temática da história da educação como campo de investigação plural, crítico e interdisciplinar. As pesquisas valorizam fontes diferentes (vide filmes e prontuários médico) e revelam a capacidade da área de dialogar com abordagens teóricas e metodológicas múltiplas. Na pluralidade, se projetam a maturidade e a importância da história da educação para se compreenderem processos escolares e experiências educativas produzidas em espaços não escolares, assistenciais, comunitários, universitários, profissionais e culturais.

Também a diversidade regional e institucional destaca a Seção temática sobre história da educação. Os enfoques cobrem regiões diferentes de norte a sul, leste a oeste, além de estabelecerem interlocuções com pesquisadoras e pesquisadores vinculados a instituições estrangeiras. Essa circulação evidencia que a história da educação constitui um campo nacionalmente articulado, mas também atravessado por especificidades locais e regionais indispensáveis para a compreensão das múltiplas formas de escolarização, formação e produção cultural no Brasil e em outros contextos.

Ao reunir pesquisas sobre tempos histórico-educacionais variados — período colonial, Estado Novo, ditadura civil e militar e presente; e ao destacar a experiência educacional da infância, da juventude e das mulheres, assim como as políticas públicas contemporâneas, a

educação especial e a educação profissional, os movimentos sociais, o cinema e os arquivos de instituições escolares, esta Seção temática reafirma a potência da história da educação como campo de crítica e interpretação das experiências educativas. Mais que revolver o passado, os textos aqui reunidos interrogam os modos pelos quais o pretérito permanece atuante no presente, seja nas desigualdades educacionais, nas disputas curriculares, nas políticas de memória, nas formas de exclusão ou nas resistências construídas por sujeitos e coletivos.

Embora diversa, a Seção temática pode ser vista como coerente editorialmente, ora por semelhança temática, ora por vínculo com a pesquisa histórica em si. O resultado é o fortalecimento do campo da história da educação como fértil e cultivado. Os textos aprovados apresentam qualidade científica e pertinência temática, por isso constituem um conjunto consistente que expõe as possibilidades de pesquisa e de contribuição para o debate historiográfico.

Em tempos de disputas em torno da memória, de desafios epistemológicos e de reconfiguração de objetos de pesquisa, a história da educação permanece como campo indispensável para se compreenderem processos de formação humana e se sustentarem projetos educativos comprometidos com a democracia, a justiça social, a inclusão e a humanização. Mais que resultados de pesquisas, a seção apresenta uma reflexão sobre tradição e renovação, memória e crítica, arquivo e experiência, passado e presente; reafirma a centralidade da educação como prática social, política, cultural e histórica.

Submetido em: 06.08.26

Aprovado em: 06.08.26

Publicado em: 11.08.26